

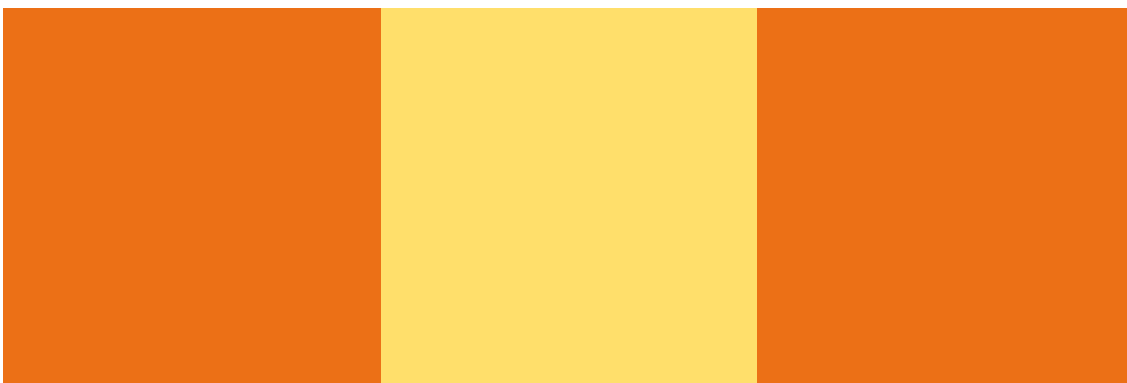
A hipótese bolsonarista: as trincheiras e as linhas

Murilo Prado Cleto

Professor de História e Sociologia nos ensinos básico e superior, também atua como palestrante e assessor pedagógico freelancer. Como articulista, colaborou com veículos como Revista Fórum, CartaCapital, Boitempo, El País Brasil, Estadão, Revista Época, entre outros.

Murilo Duarte Costa Corrêa

Professor Adjunto de Teoria Política, na graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena o Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo





1. A trincheira Bolsonaro

No início de abril de 2019, a Folha de S. Paulo reuniu oito eleitores de Jair Bolsonaro para um café da manhã na redação do jornal. O objetivo era extrair algumas percepções sobre o início de governo que, à época, dava sinais de desgaste. Pouco antes de completar 100 dias no Alvorada, Bolsonaro recebia a pior avaliação já registrada em início de primeiro mandato. Enquanto Fernando Collor, logo à frente, era reprovado por 19% da população, Bolsonaro amargava 30% de “ruim” ou “péssimo”, segundo dados do Datafolha (EXAME, 2019). Em três meses, a expectativa de um bom governo tombou pela metade e estacionou em torno dos 30% na segunda quinzena do quarto mês. Os números parecem confirmar uma tendência mundial entre as novas lideranças da direita, que nunca obtêm maioria das avaliações positivas, mas também nunca se desidratam a ponto de a oposição conseguir articular sua queda. Algo do segredo parece estar em explorar indefinidamente, como um prolongamento governamental, as estratégias que funcionaram durante a campanha eleitoral.

Na mesa da Folha (2019a), um grupo bastante heterogêneo: um professor de línguas, 54 anos; uma funcionária pública federal aposentada, 63; uma comerciária aposentada, 73; uma turismóloga, 31; uma assistente parlamentar estudante de direito, 36; um estudante do ensino médio, 17 anos; um ex-militar empresário, 35 anos; e um estudante de sociologia, 20 anos. Apesar das diferentes idades, origens, religiões, formações e profissões, o octeto apresentou visões bastante homogêneas sobre os primeiros meses de governo Bolsonaro.

Sobre o golpe militar de 1964, que aniversariava poucos dias antes do encontro, foram ratificadas as opiniões de Leocádia, a funcionária pública aposentada, Neusa, a comerciária, e Stefanny, a estudante de direito: “Tudo que nós sabemos sobre o regime militar é sob a ótica da esquerda. A falha dos militares foi essa, não fizeram propaganda, não escreveram o que realmente aconteceu”; “A gente era ignorante, gostava do Jânio Quadros, que era um comunista. Dom Evaristo Arns era o maior comunista, e a gente considerava ele um santo. A esquerda criou um ranço com o AI-5, que foi necessário. Do meu ponto de vista deviam ser fuzilados”; e “Não acho que direitos humanos foi um problema. Como acho que não seria um problema combater o PCC duramente”, respectivamente. A mesa, segundo matéria escrita publicada pelo jornal no dia 7 de abril

(FOLHA DE S. PAULO, 2019b), converge ao afirmar que 31 de março de 1964 não foi golpe, mas uma reação necessária à escalada do comunismo no país.

O anticomunismo também permeia a interpretação dos eleitores sobre eventuais insucessos na administração. O então ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, não ia bem porque, segundo Neusa, “todas as áreas, os ministérios, estão dominados pelo esquerdismo” e “o estrago” não seria desfeito da noite para o dia. Matheus, o estudante do ensino médio, diz que “o MEC tem muita demanda. O ministro precisa ser muito bem assessorado”. O MEC, argumenta o professor Aelison, “é como trocar o pneu do carro com o carro andando. Precisa de um pente fino. Primeiro, tem que sanear a máquina”.

Raphael, o empresário, minimiza a ausência de resultados ou encaminhamentos mais concretos na política econômica: “a economia ainda é uma marola do governo passado. O Brasil tem muito remédio para tomar, sair da cama, e o governo está resolvendo uma coisa por vez”. Aelison, no entanto, pondera através da experiência pessoal: “o ponto mais forte desse início é o otimismo. Já fechei com três clientes desde a eleição” (ele ensina idiomas para executivos de multinacionais alemães). Matheus, por sua vez, acredita que “o governo está usando muito o Itamaraty para conseguir investimentos para o Brasil”. Nota-se também uma avaliação muito positiva sobre a viagem de Bolsonaro aos EUA, recebido na Casa Branca pelo presidente Donald Trump. Embora a visita não tenha produzido muitos efeitos práticos, foi amplamente celebrada pelos apoiadores de Bolsonaro no Brasil: “essa parceria com os Estados Unidos eu adorei, porque os Estados Unidos eram tudo que a gente precisava, né? A maior economia do mundo”, captou da conversa um dos microfones da Folha na mesa.

Alguns dos entrevistados também gravaram o papo, espelhando um comportamento comum ao próprio Bolsonaro, e que exprime a rejeição do movimento bolsonarista aos meios mais tradicionais de comunicação. Durante a campanha, Bolsonaro chegou a defender o fim da *Folha de S. Paulo*; durante o mandato, disse que a *Folha de S. Paulo* “é a fonte de todo o mal”. Para um dos entrevistados, “Bolsonaro é muito induzido ao erro através da mídia.” “Eu acredito”, diz outro, “que o melhor meio de mídia, que presta o melhor papel à verdade e à divulgação dos fatos se chama *YouTube*. Porque lá tem os vídeos do Bolsonaro, onde ele fala; onde por fontes primárias nós ficamos sabendo do que realmente está acontecendo. Porque a mídia, ela atua como filtro”. Outra entrevistada defende com veemência o uso da comunicação direta pelo presidente: “nós,



das redes sociais, temos essas informações. Mas, vamos supor, lá no interior do Brasil [...] as pessoas assistem TV Globo. A TV Globo vai divulgar coisas pra favorecer o trabalho do Bolsonaro?”. “O pessoal fala para não falar, mas ele tem de falar para nós, seus eleitores. Porque a mídia faz tudo para dificultar o trabalho dele”, disse Leocádia.

A rejeição ao sistema político também positiva o emperramento da tramitação da reforma da previdência. Rodrigo Maia, por exemplo, é visto como um representante da “velha política”, e as negociações com o legislativo já são tratadas de antemão como permeadas pela corrupção, o que explicaria as dificuldades do presidente na lida com a casa: “o Congresso vai ter que se emendar, porque vai sofrer pressão da população. A gente sabe que sempre a negociação foi troca de cargos, e a população não quer mais isso”.

Os únicos objetos de algum dissenso entre os entrevistados são as figuras que orbitam o presidente. O general Mourão, alvo de pesados ataques da ala do governo mais ligada a Olavo de Carvalho pelas posições mais moderadas durante o mandato, é chamado de “traíra” por Matheus. Talita, a turismóloga, diz que “Mourão fala coisas que podem confundir as pessoas”; mas Raphael pondera: “se alguma coisa acontecer com o Bolsonaro, vão ter que parar de falar com o capitão e falar com o general”, considerando-o como uma espécie de antídoto contra um eventual movimento de *impeachment*. O próprio Olavo de Carvalho, tratado como “sensacionalista” por Raphael e Talita, e como contraponto à “hegemonia cultural da esquerda” por Jonas – o estudante de sociologia –, também recebe avaliações distintas. Com os filhos do presidente não é muito diferente: Talita faz leves ressalvas à prole, que às vezes, segundo ela, “se intromete demais”; Leocádia, por sua vez, os trata como crianças que só se manifestam com a concordância do pai; Stefanny diz adorar Carlos e o considera “muito humilde”, a despeito do apelido de “pitbull” e do histórico de conflitos dentro do núcleo de apoiadores. De qualquer forma, a figura de Bolsonaro aparece ora como vítima, ora como apaziguadora das tensões internas. Fora dali, no entanto, sua postura precisa ser, na visão dos entrevistados, sempre autêntica e aguerrida. Noutras palavras, *o governo deve ser a campanha eleitoral continuada por outros meios* – e, na percepção dos entrevistados, parece não haver nada de errado com isso.

É bem provável que se realizada individual e anonimamente, a entrevista poderia gerar resultados bem mais díspares. O forte sentimento de grupo que formou essa identidade na ciberesfera predominou presencialmente e poucas foram as divergências –

nenhuma delas fundamental. O que chama atenção no discurso homogêneo é justamente a capacidade que as redes sociais tiveram de desenhar esse alinhamento discursivo num grupo tão diverso quanto o reunido pelo jornal. Não por acaso, os temas mais incontroversos foram os que de alguma forma dialogam com os mais veiculados durante a campanha, fortemente marcados por uma espécie de temor pelo triunfo do mal maior, notadamente o PT e o comunismo, mais ou menos como a polarização instiga.

Entre esse grupo de apoiadores, não há crise no governo e todas as suas debilidades, quando irrefutáveis, são rapidamente justificadas pela atuação de inimigos externos a ele. O extermínio de adversários políticos, embora retórico, é tratado com naturalidade. Quando Neusa, por exemplo, diz que a oposição deveria ter sido fuzilada pela ditadura, é acompanhada por uma gargalhada generalizada dos partidários. Esse grupo, ao que tudo indica, pertence à parcela da população que muito dificilmente vai negatar a percepção sobre Bolsonaro. E é nela que o presidente pretende mirar para permanecer, mesmo sem a maioria, forte o suficiente para se manter governando com árdus defensores.

2. Sob o bolsonarismo

Corria o ano de 2013. O Brasil crescia 2,3% em um cenário de baixa produtividade mundial. A taxa média de desemprego era a menor da história, e a expectativa de vida ao nascer no país aumentava. Em março daquele ano, 65% da população considerava o governo bom ou ótimo. Isso, alguns anos depois do *boom* de *commodities* que o país soube aproveitar e que contribuiu para que Lula encaminhasse a sucessão com a aprovação recorde de 87%. Laura Carvalho (2018) chamou de “Milagrinho” o “passo à frente” da Valsa brasileira que, anos depois – e durante 2013 –, se moveria para o lado e, finalmente, para trás depois de alguns anos de crescimento baseado nos pilares da distribuição de renda, de acesso a crédito e de investimentos públicos.

Entretanto, revoltas não são necessariamente instigadas pela miséria. Diferentemente de outras grandes mobilizações históricas de rua no país, 2013 reuniu uma pluralidade de pautas que, depois das reivindicações, ligadas ao transporte público urbano, se desdobraram em protestos em todo Brasil com uma pauta múltipla: contra a corrupção, os investimentos do Estado nos megaeventos em detrimento do serviço público, a violência policial, a PEC 37 etc., atingindo o sistema político como um todo.

A expectativa de um bom governo despencou de 65%, no início de mandato, para 30% de avaliação positiva, em abril, enquanto sua avaliação negativa mais que triplicava (G1, 2019). Mas a crise de representatividade não se restringiu, como se sabe, ao poder executivo federal. Em 20 de junho, auge dos protestos, quando um milhão e meio de pessoas tomavam as ruas do país, o Ibope (2013) verificou que 83% delas não se sentiam representadas por políticos e 89%, por siglas partidárias. Passeando pela descrição do funcionamento do sistema político brasileiro por Marcos Nobre (2013) em *Imobilismo em movimento*, é possível pensar junho de 2013 como uma barragem que finalmente estourou diante de uma pressão que, como disse o ensaísta Francisco Bosco (2017, p. 61), “não encontrou escoamento nos canais institucionais”.

Como efeito dos sucessivos processos institucionais e para-institucionais de restauração de Junho, integrados inclusive pelo lulismo (MENDES, 2018, p. 97), as ruas testemunharão a progressiva emergência de uma nova direita. Inicialmente desarticulada, ela se organizará entre a segunda metade de 2014 e 2018 em um contexto de crise econômica e institucional, bem como em torno da operação Lava-Jato. Seus pontos de agregação eleitorais serão, em 2014, a candidatura de Aécio Neves, que se estabelece em uma franca batalha gerencial entre duas versões do neoliberalismo à brasileira: a versão da austeridade, encarnada pelo projeto tucano, e a versão neodesenvolvimentista, de Dilma Rousseff. Mais tarde, em 2016, outro ponto de fusão e alinhamento das novas direitas, e que parece ter-lhe permitido um salto qualitativo de radicalização em relação ao relativo centralismo psdbista, foi a pauta do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em março de 2015, o Brasil assistiu aos maiores protestos de rua registrados desde as Diretas Já. Manifestantes do país inteiro saíram às ruas para pedir a deposição de Dilma, derrubada por uma coalizão entre a classe política em busca de sobrevivência – que, para uns, significava frear a Lava-Jato e, para outros, simplesmente dar uma resposta ao clamor popular que se seguiu à letargia pós-2013 –, mercado, parcelas significativas do Poder Judiciário, da imprensa e os novos movimentos sociais, originados pela crise generalizada e pela restauração de Junho, que agora assumia uma nova forma e um volume gigantesco.

O ano de 2016 é o auge da crise institucional. Ele começa com o pedido de impeachment aberto pelo presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha. Cunha, por sua vez, já respondia, à época, na Comissão de Ética por ter mentido à CPI da Petrobras

sobre a manutenção de contas no exterior. Para desespero do Centrão, que se apressou em arrumar as malas para o desembarque do governo, o senador petista Delcídio do Amaral havia acabado de ser preso por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Dilma tentou dissuadir o bloco nomeando Lula como ministro para a articulação política com o Congresso, mas a nomeação de Lula, longe de uma solução política, foi o estopim. No início de março, ele havia sido conduzido coercivamente para prestar depoimento à Polícia Federal; no dia 16, a presidenta o empossou, reforçando as suspeitas de que o fazia para permitir que, protegido pelo foro por prerrogativa de função, Lula escapasse do juízo de primeira instância; no mesmo dia, em retaliação, o juiz federal Sérgio Moro divulgou gravações de Lula e Dilma combinando detalhes do ato administrativo; o ministro Gilmar Mendes, por fim, sustou a posse. Dois meses depois, Dilma Rousseff foi provisoriamente afastada pelo Senado, que em agosto concluiu pelo segundo *impeachment* da Nova República. Eduardo Cunha, que conduziu todo o processo na Câmara, teve o mandato cassado e, em outubro, foi preso.

Para quem acreditava que, mesmo controverso, o *impeachment* poderia pelo menos trazer alguma estabilidade ao país, o ano de 2017 foi demolidor. Em maio, vieram à tona gravações de conversas entregues por Joesley Batista - dono do grupo JBS, e também investigado pela Lava-Jato -, à justiça com o senador Aécio Neves e o presidente Michel Temer. Embora Temer nunca tivesse obtido apoio coeso das direitas, sua agenda econômica era amplamente endossada por alguns dos movimentos sociais que convocaram protestos pelo *impeachment* de Dilma.

O escândalo sepultou parte significativa dela, como, por exemplo, a reforma da previdência. Meses depois, um de seus assessores foi flagrado correndo com uma mala de dinheiro. Em julho, outro foi preso e teve um apartamento descoberto com 51 milhões de reais dentro. Denunciado pela Procuradoria-Geral da República, o presidente precisou gastar todo o capital político que lhe restava para se manter dentro do Planalto e fora da prisão. Apoiá-lo publicamente desde então virou tarefa para cada vez mais raros escudeiros. Aécio Neves, que já vinha despencando nas pesquisas de intenção de voto desde que seu nome começou a aparecer em algumas delações premiadas, foi definitivamente abandonado pelas direitas. Os dois, ao lado de Eduardo Cunha, tinham sido os principais articuladores do *impeachment*, que de conclusão revelou-se apenas mais um capítulo da crise.



Em março de 2018, já às vésperas do processo eleitoral, a greve dos caminhoneiros transportou o caos institucional novamente para as ruas. Foram 10 dias de paralisação, o suficiente para provocar uma importante crise de abastecimento. A categoria rapidamente ganhou adesão popular e, aclamada pelas direitas liberais, mobilizou novos protestos contra a classe política. A única liderança celebrada era, justamente, Jair Bolsonaro.

3. Um mito de perfil

Jair Messias Bolsonaro é original de Campinas, mas cedo se mudou com a família para Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira. Lá, começou a ouvir as primeiras histórias sobre a atuação de Carlos Lamarca, guerrilheiro desertor do exército que organizou na região uma base de treinamento para combater a ditadura militar no início da década de 1970. Bolsonaro foi admitido pouco depois na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, e promovido a capitão do exército graças a uma graduação em educação física. Em 1987, uma reportagem da revista *Veja* revelou seu plano de explodir os banheiros da academia para reivindicar aumento salarial. O general ministro do exército mandou o capitão, então com 32 anos, para a reserva. No ano anterior ele chegou a ser preso graças a um artigo escrito no mesmo periódico e com os mesmos objetivos. O Superior Tribunal Militar, no entanto, considerou o material apresentado pela revista inconclusivo e o livrou da expulsão (DIEGUEZ, 2016).

Em 1988, com a mesma bandeira, Jair Bolsonaro foi eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão, que depois foi convertido em PSDC. Com apenas dois anos de mandato, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados para o início de uma série de sete legislaturas consecutivas. Ao longo dos trinta anos de vida pública, Bolsonaro se filiou a nove partidos, apresentou 172 projetos e aprovou dois deles – além de uma emenda constitucional, a do voto impresso, que o Supremo julgou inconstitucional. O capitão reformado nunca presidiu nenhuma comissão parlamentar. Em 2017, em um gesto inesperado, se candidatou à presidência da Câmara, mas recebeu apenas quatro votos.

A atuação institucional discreta de Bolsonaro sempre contrastou com a postura assertiva diante dos microfones, dentro e fora do Congresso. Muitas são as declarações que, ao longo dessas três décadas, repercutiram mundialmente nos últimos anos: “Jamais iria estuprar você, porque você não merece”; “o erro da ditadura foi torturar e não matar”;

“Eu tenho cinco filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”; “Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano gasto com eles”; “Nós, o povo, a sociedade brasileira, não gostamos de homossexual”; “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”; “No período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique, o que seria um grande ganho para a Nação”; “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam”.

Apesar de sempre bem votado, Bolsonaro apresentava evolução nada além de discreta no desempenho eleitoral. Entre 2010 e 2014, no entanto, seus votos quadruplicaram (ÚLTIMO SEGUNDO, 2014). O que mudou neste período é que, além do estremecimento do lulismo entre as Jornadas de Junho e o início da operação Lava-Jato, o deputado passou a figurar em programas televisivos de alcance nacional. O primeiro e mais importante deles, sem dúvida, foi um programa de humor, o CQC, da TV Bandeirantes, que se escandalizou com as declarações e viu nelas alto potencial de audiência. Para Bolsonaro, a exposição foi positiva: em um contexto de grande exigência por mudança, surgia uma liderança capaz de dialogar com os afetos de uma população crescentemente indignada contra os sucessivos escândalos de corrupção e a violência urbana.

Bolsonaro tomou a decisão de se candidatar à presidência em 2014. Dois anos depois, declarava à Gazeta do Povo (2016) que as pesquisas lhe davam 2% de votos e que ele estava abaixo dos demais concorrentes porque nunca havia sido candidato a nada no Executivo. Com a evolução do ano – e, conseqüentemente, da crise –, sua margem subiu, mas sempre entre 7 e 8%. O dado mais importante, neste contexto, era preferência que os mais ricos demonstravam por ele. Já no PSC, dizia com um misto de orgulho e humildade que seu combinado com o mandatário do partido era que, se chegasse a dois dígitos nas pesquisas, teria o aval para a candidatura à presidência. No ano seguinte, ele desbancaria os tucanos, a cada dia mais enrolados com denúncias de corrupção e numa profunda crise de identidade. A direita brasileira começava a ganhar um rosto.

Com a popularização das redes sociais, especialmente nesse contexto de crise, a ainda incerta candidatura de Bolsonaro ganhou um aliado poderoso. Isso porque não apenas a classe política, mas as mídias tradicionais também perderam peso e espaço. A cada novo escândalo, uma enxurrada de publicações com potencial viral inundava as redes com um misto de indignação, humor e conspiracionismo. Neste sentido, cabe destacar a importância da aliança que aos poucos se desenhou entre o deputado e Olavo de Carvalho, que há anos apontava para um suposto plano mundial de dominação comunista e que, nos meios acadêmicos, circulava apenas a título de piada.

O *Facebook*, o *Twitter* e, depois, o *WhatsApp* foram redes amplamente dominadas por essa grande coalizão que envolvia um profundo sentimento de indignação contra a classe política, situada especialmente no espectro do petismo; a revolta contra os frequentes escândalos de corrupção revelados pela operação Lava-Jato; a alegada destruição dos valores morais brasileiros; o enaltecimento dos símbolos nacionais, das forças armadas e das forças policiais como um todo; o desprezo por quaisquer sujeitos ou organizações associadas aos Direitos Humanos; e a oposição a políticas de distribuição de renda, frequentemente associadas à vadiagem.

Faltava, porém, a confiança do mercado. E ela começou a aparecer na passagem de 2017 para 2018, quando Bolsonaro obtém o apoio do economista Paulo Guedes, de formação e convicções ultraliberais – a despeito de todo o histórico estatista do deputado. Com trânsito fácil entre os agentes do mercado financeiro, Guedes era a peça que faltava para viabilizar a candidatura de Bolsonaro, então já estabelecido no PSL. Era, afinal, a única agenda propositiva de uma candidatura que até então estava calcada quase que exclusivamente no ataque ao sistema¹.

¹ Essa agenda propositiva não se deu, entretanto, sem importantes contradições. Consciente do descompasso entre as convicções que imperam no Brasil, sobretudo entre o eleitorado mais pobre, e as de Paulo Guedes, Bolsonaro decidiu esconder o economista no decorrer da campanha para evitar as declarações pró-mercado que tanto atraíram investidores e o empresariado. Num encontro restrito, em meados de setembro, Guedes chegou a declarar que pretendia recriar um imposto similar à CPMF. Bolsonaro rapidamente o desautorizou (ESTADÃO, 2018). Em entrevistas, o candidato se recusava a comentar propostas claras, como na emblemática participação em uma roda de conversa na GloboNews (GLOBOSAT PLAY, 2018) em que, questionado sobre o subsídio do diesel, preferiu comentar sobre o excesso de multas e pedágios que atingem a classe de caminhoneiros até os jornalistas desistirem de uma resposta. Já no quarto mês de governo, Bolsonaro – também com receio da reação da categoria dos caminhoneiros – entrou em desacordo com a direção da Petrobras ao determinar a suspensão de um aumento do preço do diesel. Depois de alguns dias de imbróglio, o presidente finalmente cedeu (O GLOBO, 2019).

Diante do inegável sucesso dessa coalizão difusa, mas potente, em torno de Bolsonaro, parte significativa dos analistas apostou até os últimos dias da corrida eleitoral na decolagem da candidatura de Geraldo Alckmin, com 39 vezes mais tempo de TV que o candidato do PSL. No entanto, o PSDB teve o pior desempenho eleitoral de sua história, não apenas no Executivo, e Bolsonaro foi ao segundo turno com uma larga vantagem sobre Fernando Haddad, do PT, a principal liderança das esquerdas sob a unção de Lula, que prosseguia preso. Apesar dos esforços em apresentar-se como a alternativa do campo democrático, o PT perdeu sua primeira eleição para presidente depois de 1998.

Celso Rocha de Barros (2019) atribuiu a vitória de Jair Bolsonaro a um impeachment malsucedido e a dois “azares”. O primeiro deles refere-se à trágica coincidência que fez a crise econômica chegar ao país junto com a operação Lava-Jato. Ela alimentou a falsa sensação de que o dinheiro acabou porque os políticos brasileiros o embolsaram e, de certa forma, a expectativa popular de que uma simples dança de cadeiras acabaria com a corrupção. Nos protestos a favor do impeachment, 87% dos manifestantes diziam concordar com a ideia de que, para acabar com a roubalheira bastava entregar o poder para um político honesto. A corrupção era a principal causa da crise para 67% dos entrevistados em uma pesquisa do instituto Datapopular, em 2015 (ALENCAR, 2015). “Não é crise, é roubo”, era um dos gritos de funcionários públicos estaduais do Rio de Janeiro em guerra com o governo no início do ano passado.

Bolsonaro orgulhava-se, assim como seus simpatizantes, de ter sido elogiado pelo ex-ministro do STF Joaquim Barbosa², um dos responsáveis pela condenação de lideranças petistas no processo do Mensalão. Barbosa era uma das principais referências positivas dos manifestantes anticorrupção que povoaram as ruas em Junho – já um sintoma da crise de representatividade das autoridades eleitas. A adesão de parte significativa do judiciário e dos entusiastas e agentes da Lava-Jato também se mostrou decisiva para a vitória do capitão. Mais tarde, o juiz Sérgio Moro, que condenou Lula à prisão e abriu caminho para a liderança de Bolsonaro nas pesquisas, aceitou o convite público do presidente eleito e passou a ocupar o cargo de ministro da Justiça. Moro, assim como foi Barbosa, também era aclamado nas ruas em 2016.

² Mais tarde, às vésperas da decisão no 2º turno, ele se posicionaria veementemente contra a candidatura de Bolsonaro.

O segundo “azar” foi o atentado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Mesmo fruto de uma ação isolada, realizada por um indivíduo com fortes indícios de sofrer de transtornos mentais (G1, 2019), ele, por um lado, acabou por reforçar o status de perseguido do candidato e, por outro, ofereceu o álibi perfeito para que Bolsonaro, já indisposto com meios tradicionais de comunicação e apresentando sinais de fragilidade retórica, se ausentasse de debates e entrevistas. A partir dali, depois de algumas semanas delicadas de recuperação hospitalar, só falou para veículos e jornalistas simpatizantes ou através das redes sociais.

O atentado, por fim, equalizava e criava simetria entre dois mártires: Lula, injustamente preso segundo as narrativas à esquerda, que tardou em investir Fernando Haddad como seu procurador político nas eleições presidenciais; e Bolsonaro, o capitão contra cuja vida alguém ligado à esquerda, segundo as narrativas do bolsonarismo, atentava em praça pública. Repetida incansavelmente por semanas pelos veículos de comunicação tradicional, a imagem do atentado não repetia apenas um ato de violência, mas, segundo uma observação perspicaz de Giuseppe Cocco (2018), a imagem de alguém que em praça pública, como Lula há um decênio, era carregado nos braços do povo. Mais do que a facada, essa fora a imagem forte e positiva que transformava Bolsonaro em um perseguido, como Lula; a imagem que o transformava, aos olhos de todos, em mito.

4. Guerras de oposição: o bolsonarismo e seu Outro

Entre 2002 e 2018, a própria base eleitoral do lulismo parece ter se deslocado à direita. No primeiro turno de 2002, ano em que Lula chegou ao Planalto, o candidato do PT obteve 39.443.765 votos (46,479% dos votos válidos), contra 19.700.395 votos (23,196% dos votos válidos) de José Serra (PSDB), no primeiro turno. No turno seguinte, o candidato do PT foi vitorioso com 54.793.364 votos (61,26 % dos votos válidos), e o candidato do PSDB acumulou 33.370.739 votos (38,73 % dos votos válidos).

Os pleitos seguintes foram disputados pelo PT praticamente como eleições plebiscitárias. A estratégia consistia em colocar eleitoralmente à prova os altos índices de aprovação do governo federal, e resultou frutuosa para o partido entre os anos de 2006 e 2014. Quando se comparam os desempenhos eleitorais no segundo turno, naquele período, Lula não apenas obtém uma votação recorde nas eleições de 2006, totalizando 58.295.042 votos (o que corresponde a 60,83% dos votos válidos). O pior resultado do PT

em termos absolutos, no mesmo período, foi o desempenho de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno de 2014, com 54.501.118 votos (51,64% dos votos válidos naquele pleito eleitoral) – uma eleição cujo primeiro turno foi marcado por um forte ataque da campanha petista à candidatura de Marina Silva (então PSB) e, embora o termo não fosse ainda usual, pelos primeiros casos levados ao TSE envolvendo a circulação de *fake news* (Brasil, 2015).

Nas eleições majoritárias de 2018, Jair Bolsonaro (PSL) obteve 49.276.990 de votos (46,03% dos votos válidos) contra 31.342.005 (29,28% dos votos válidos) de Fernando Haddad (PT) no primeiro turno. No segundo, Jair Bolsonaro (PSL) arrecadava 57.797.277 votos (55,13% dos votos válidos) – um pouco abaixo do recorde histórico de Lula no segundo turno de 2006 –, contra 47.039.840 votos (44,87% dos votos válidos) atribuídos a Fernando Haddad (PT) (GAZETA DO POVO, 2018). Isso permite inferir que, mesmo com crescimento da base eleitoral entre 2002 e 2018, um contingente significativo de eleitores moveu-se da base lulista à base bolsonarista, como os primeiros resultados de pesquisas qualitativas ainda no prelo também têm indicado (FOLHA DE S. PAULO, 2019c).

O que poderia explicar esse deslocamento massivo? Uma série de fatores concretos contribui para esse deslizamento, entre eles: o crescimento da violência urbana, o esgotamento do pacto lulista, o aumento do desemprego, a limitação da inclusão social e cidadã pela via do acesso a bens de consumo, a multiplicação exponencial das denúncias de corrupção envolvendo o PT e outros partidos do *establishment*, a penetração social da Lava-Jato, os efeitos simbólicos secundários do *impeachment* etc.

No entanto, ao mesmo tempo em que séries histórico-causais parecem explicar a cena, os atores, o contexto em que esse deslocamento ocorre, fornecendo a imagem daquilo que parece ter se tornado intolerável – especialmente, no cruzamento trágico que se processou entre a crise econômica que emergiu no governo Dilma e a multiplicação de denúncias de corrupção envolvendo figuras tradicionais da representação política –, essas explicações esbarram em um limite analítico que talvez oculte o essencial.

A mera reunião de causas pelas quais a base petista teria sofrido uma progressiva desagregação não descreve mais do que as condições negativas que preparam o terreno para a emergência do bolsonarismo. Isso resulta na incapacidade das “análises pelo negativo” para explicar os traços efetivos da emergência do bolsonarismo. Seu efeito é o



de fazer aparecer, como em um passe de mágica, a polarização do campo político como se ela um dado, e não um construído.

A polarização é um universal, e como tal não explica nada, mas é ela mesma que exige ser explicada. Isso requer um desdobramento da questão em duas: (i) quais os traços efetivos que levam à emergência do bolsonarismo; isto é, por que Bolsonaro e não outro?; por outro lado, (ii) quais os traços efetivos que levam à manutenção do lulismo como o termo oposto ao bolsonarismo; isto é, por que Lula, e não outro? Aqui, tanto as teses que se concentram em explicar o bolsonarismo como um mero efeito de desagregação do lulismo, quanto as que se brindam com um hegemonismo governamental *a priori* que justificaria seu antagonismo natural, explicam menos do que supõem.

Ao definir a ideia de oposição, Gabriel Tarde (2011) a associava não apenas a fenômenos belicosos ou polêmicos; mais importante, sua microssociologia descrevia as oposições como fenômenos inteiramente regulados por relações de simetria, identidade e neutralização, que deveriam ser procuradas sob as oposições estruturadas, ou sob os conflitos sociais. Pensar a oposição como relação simétrica e de identidade só é possível na medida em que Tarde introduz uma distinção – rara na metafísica, como na sociologia – entre oposição e diferença, de modo que a oposição já não pudesse ser definida como um caso excessivo da diferença, mas como efeito de uma relação linear e dinâmica que pressupõe uma identidade subliminar e necessária entre dois termos opostos.

Em Tarde, tudo se explica pela diferença infinitesimal: não apenas a identidade é o grau mínimo em que a diferença se manifesta (TARDE, 2007, p. 98), mas a oposição será descrita como o efeito de uma vasta ordem de semelhanças, que sela entre os indivíduos e grupos opostos um tipo intenso, destrutivo, não raro violento, de laço social (TONKONOFF, 2011, p. 19). Estamos, aqui, muito longe do materialismo histórico-dialético, ou da dialética hegeliana: a oposição não cria nada, mas, por definição, repete neutralizando (ou neutraliza repetindo).

Mas como a oposição manifestaria a simetria e a repetição, e não a disparidade e a variação? Segundo Tarde, (2011, p. 87), a oposição engendra um meio (*milieu*) simétrico de reprodução do próprio sistema oposicional, em cuja dinâmica de “variação aparente” pode conduzir à destruição de um estado de coisas – jamais à sua transformação inovadora. Seu funcionamento é homeostático, tende ao equilíbrio e à neutralização, e produz repetições em círculos opositivos tanto mais vastos quanto mais tensionados por

seus radiais de identidade. O que torna uma oposição específica é o fato de que seus termos variam adaptando-se um ao outro e, assim, se retroalimentam engendrando um sistema de regularidades oposicionais que neutralizam desde logo toda possibilidade de desviar, fugir ou romper o equilíbrio homeostático gerado (e reproduzido) pelos termos em estado de oposição.

Esse *détour* por Tarde, e por sua ideia de oposição, sugere por que, para compreender o bolsonarismo, seria preciso admitir sua simetria lulista. O que torna Bolsonaro um ícone pop é uma difração do lulismo, e é por estar intimamente lastreada nele que o bolsonarismo assume a forma do antipetismo e o captura. O antipetismo é um sentimento socialmente difuso, compartilhado segundo um conjunto muito variado de percepções hipócritas e seletivas que não comportam uma explicação homogênea. Descartemos as visões paranoicas e histriônicas, como a de Jessé de Souza (2018), que encara o antipetismo como um efeito performativo orquestrado pela mídia, pelo judiciário, pelas elites e pela classe média. Esses não deixam de ser atores relevantes de um processo social já sintomático da circulação do antipetismo, mas essa explicação deixa intocadas todas as responsabilidades do próprio Partido dos Trabalhadores nesse processo, fazendo-o parecer a vítima de uma terrível traição dos pobres e da esperada conspiração dos ricos.

O antipetismo é, por um lado, a consequência direta de o PT não ter capitalizado a indignação de Junho. Ao invés de apresentar-se como um partido capaz de acelerar as transformações na estrutura do Estado, da democracia e dos serviços públicos metropolitanos que a indignação de Junho exigia, o PT associou-se aos setores mais retrógrados da casta política e econômica do país para restaurar as velhas estruturas de legitimidade, agindo como um partido fisiológico, e não de massas. Isso cedeu espaço para uma candidatura cuja estratégia de *marketing* era apresentar-se como antissistema. Não apenas como “nova”, mas como capaz de encarnar a mudança.

Quando, em Junho de 2013, se perguntava para muitos manifestantes contra o que estavam se manifestando, era comum ouvir como resposta: “contra tudo isso que está aí”. O “isso que está aí” remete a um estado de coisas contra o qual se antagoniza, e que deveria ser superado. Esta é precisamente a definição que Marx e Engels (2007) dão do comunismo no fim da primeira parte de *A ideologia alemã*. Eles dizem que o comunismo não é um estado a ser implantado, mas “o movimento real que anula e supera o estado de



coisas atual”. Então, essa é uma linha de explicação: o PT formou casta com a casta política contra a qual junho se levantava, e depois foi escanteado por ela. Agiu concretamente pela restauração de Junho, que o bolsonarismo ultima. Reprimiu as manifestações tanto quanto os políticos de partidos mais conservadores. Fernando Haddad, que em 2018 se tornara o procurador político do lulismo, dizia aos manifestantes do MPL, em junho: “não há o que negociar”, até que as ruas o fizeram voltar atrás e, meses depois, disputando a reeleição ao cargo de prefeito de São Paulo no ano de 2016, terminou derrotado por João Dória (PSDB) nas urnas.

A outra linha de explicação é tudo o que o PT efetivamente fez, como partido à frente da administração federal. À parte todos os avanços sociais, o PT também liderou um consórcio espúrio e corrupto, que Junho e o Não Vai Ter Copa já denunciavam, atrelado a uma política neodesenvolvimentista que recuperava muitos projetos interrompidos ou engavetados pela ditadura militar. A doutrina dos campeões nacionais (empresas brasileiras, especialmente empreiteiras, cujos serviços eram exportados para países africanos e americanos mais pobres que o Brasil, exercido como um subcolonialismo regional) foi o foco de uma sucessão de escândalos que alimentou a Lava-Jato.

Isso se produz num cenário macroeconômico de crise, para o qual o desenvolvimentismo neoliberal de Dilma já não podia oferecer respostas, ao ativismo institucional do Ministério Público Federal e de juízes federais (que hoje assumem superministérios no governo Bolsonaro), o aumento do desemprego, da inflação, o conseqüente aumento dos juros, o encarecimento do crédito e a retração econômica; as medidas correcionais do segundo mandato de Dilma e de Temer afetaram negativamente, e com mais intensidade, a faixa social que havia sido beneficiada pelas políticas de distribuição de renda nos três governos petistas anteriores. Eis o que promove a desagregação das bases eleitorais do PT. Estão dadas as condições para o antipetismo, que são atribuíveis, em última análise, mais ao PT que ao *cosidetto* “golpe”. Eis também as condições para que a mais antipetista, e portanto a mais simétrica, entre as candidaturas eleitorais de 2018 (a de Bolsonaro) pudesse capturar a justa indignação popular e, ao mesmo tempo, engendrar um meio político neutralizado *a priori* e por oposição.

É por isso que, sob o ponto de vista de Junho, e da multiplicidade de suas forças e pautas, a vitória do bolsonarismo não representou sua “involução à direita”, mas sua

restauração definitiva. Junho foi o acontecimento disruptivo em que o equilíbrio do campo político-social foi rompido, lacerado, e a homeostase, perturbada. É nesse sentido que a eleição e o governo Bolsonaro encarnam o *anti-evento* cujo desafio governamental específico é o neutralizar Junho como Acontecimento e como potência a ser reaberta, reestabilizando, nos simétricos termos de uma guerra de oposições, tudo o que Junho chacoalhou.

De Junho para cá, a política das ruas foi sendo progressivamente restaurada no recesso dos palácios. Os resultados da operação Lava-Jato e o *impeachment* de Dilma, imaginados pelo consórcio peemedebista como eventos que arrefeceriam os ânimos dos manifestantes anticorrupção de 2013 e Fora Dilma, de 2015 e 2016, resultaram no confinamento da política das ruas à esfera formal de representação. Isso foi como um aceno para a chance de passar a perna na estratégia de reorganização “por cima” que o *establishment* preparava em suas técnicas políticas sacrificiais (perder Dilma, ou Lula, para não perder o lulismo, perder Cunha para não perder o peemedebismo, perder Aécio para não perder o tucanato etc.).

A dita “nova classe média” inventada pelo neodesenvolvimentismo, pelas políticas de distribuição de renda e de acumulação de capital humano e biopolítico dos anos Lula e Dilma, composta por trabalhadores precários, empresários de si mesmos, jovens estudantes suburbanos, trabalhadores cognitivos sem renda – e em um corte estereotipadamente masculino e jovem, mas não apenas –, migrou para o bolsonarismo, jogando no erro da esquerda, que só conseguia pensar a recusa de Junho em relação aos partidos, à representação, à sociedade dividida, como uma forma social de antipolítica.

A perspicácia do bolsonarismo resume-se à posse de uma sensibilidade para o social que as esquerdas perderam: a capacidade de identificar quem foram os que mais perderam com a crise de 2015 (a nova classe média); a sensibilidade para alinhar suas pautas a um desejo de mudança na esfera da representação política e de restauração, na esfera dos costumes e da política cotidiana; a capacidade de agenciar desejo e crença segundo uma linguagem antiestatista (todo o problema do Brasil é o Estado e sua corrupção) e ao mesmo tempo nacionalista e patriótica, numa deriva antiglobalização. Ou seja, a capacidade de apresentar-se como alternativa anti-establishment, formando um consenso entre os setores sociais mais atingidos pela crise de 2015 (a nova ex-classe média) e os mais ricos.



Isso resultou, formalmente, em um lulismo de novo tipo: mais do que conservador, restaurador e à direita; desprovido de repactuação (como a que Lula promovia com a Carta ao Povo Brasileiro, em 2002), e cujo funcionamento parece criar uma inédita sinergia entre a aposta cega, exigida do povo, e a formulação oracular, dirigida aos mercados de valores mobiliários. Colou em todo mundo: por um lado, um discurso anticorrupção e antiestado, antiglobalização e patriótico, mas, paradoxalmente, neoliberal do ponto de vista econômico; por outro, uma performance política neoarcaica nos costumes e crenças, mas transformadora das velhas caras da política.

Essas, em larga medida, são algumas das linhas que compõem o agenciamento bolsonarista, que não apenas capturou a indignação social, criando uma sinergia fundada em um misto de desejos e crenças socialmente transversais – porque atravessam todas as classes, de alto a baixo, sob o mito do Brasil como sociedade “sem divisões”; mas que reterritorializou os fluxos e as fugas que Junho ensaiava, fechando-os em uma guerra de oposições que provoca um tamponamento contínuo da disrupção em política e formaliza todo discurso, e toda ação, em um meio oposicional pré-constituído, reiterando-o em seus próprios, simétricos e contraditórios polos.

O voto em Bolsonaro é tanto fruto da negação de Lula, de um antipetismo radical e odiento, quanto da sua duplicação simétrica em um novo agenciamento, bolsonarista: um território existencial “novo e positivo” que o bolsonarismo messiânico promete; um novo lulismo, mas agora endireitado, oracular e mítico.

5 As linhas: a hipótese bolsonarista

O que é um mito? A expressão *μῦθος* (“mythos”), entre os gregos, comportava muitos significados. Remetia, ao mesmo tempo, a “palavra” e “discurso”, como a “mero discurso”, “discurso público” ou “conversação”. Admitia o sentido de “coisa dita” ou “fato”; “assunto” e “coisa pensada”; “palavra não-dita”, “design” e “provérbio”. Por fim, mito podia também significar “fábula”, “estória”, “narrativa popular”, “ficção ou lenda”, “conto” e “enredo” (LIDELL, SCOTT AND JONES, s.d., p. 1151).

Os múltiplos sentidos de *μῦθος* continuam a reverberar nas aclamações populistas contemporâneas, entrecruzando-se. Como destacou Jean Pierre-Vernant (2000, pos. 547,00) as mitologias, entre os gregos, são “um conjunto de narrativas que concernem aos deuses e aos heróis”, dois tipos de personagens aos quais a cidade destina seu culto,

supondo o entrelaçamento entre as esferas do religioso e do político sob uma forma ritual. Vernant descreve a natureza do mito considerando sua evolução semântica entre os gregos, e mostra que o mito impõe uma narrativa de tipo fictício – uma fábula – que, por um lado, se opõe ao que é da ordem do real e, por outro, o que é da ordem das demonstrações argumentadas.

O mito implica um tipo de narrativa livre, atestado pelo fato de que “sobre um mesmo deus, ou um mesmo episódio de seus feitos, versões múltiplas podem coexistir e se contradizer sem escândalo” (Vernant, 1996, pos. 549,5). Jamais se tratou, porém, de fantasias gratuitas, mas de narrativas sérias, coletivamente compartilhadas, capazes de suscitar crenças e fornecer um sistema de referências a um sistema religioso “sem Igreja, sem corpo sacerdotal, sem especialistas em questões divinas, sem doutrinas reveladas ou livro de referência” e, a um só tempo, produzir um discurso pelo qual a sociedade grega poderia reconhecer-se e exprimir-se. Há uma sociedade divina cujo equilíbrio e modelo funcional, segundo Vernant (2000), são evocados:

[...] pelo ângulo das rivalidades, dos conflitos que a dividem ao ponto de provocar uma guerra sem misericórdia, amizades que se estabelecem, casamentos que se celebram, nascimentos, filiações que entretecem os diferentes setores divinos dos laços de parentesco, competições pelo poder, fracassos e vitórias, provas de força entre rivais ou a partilha das honras entre aliados fiéis e seguros (Vernant, 1996, pos. 552,0).

Os mitos transpõem à linguagem dos homens o que pertence ao domínio dos deuses e dos heróis, de modo que suas narrativas, embora devam ser levadas a sério, não devem ser tomadas ao pé da letra. Que a transposição das significações seja livre, que sentidos múltiplos e contraditórios possam coexistir em um mesmo registro de narração compartilhada, “ela obedece regras muito estritas para permitir, na e pela narrativa, de apontar na direção das Potências divinas, de descobrir suas posições umas em relação às outras e seu estatuto em relação aos homens” (Vernant, 1996, pos. 552,0).

É impossível não perceber, no acúmulo dessas passagens de *Entre mythe et politique*, algumas pistas para entender o bolsonarismo como um funcionamento de tipo mítico. O mito provoca um curto-circuito entre os registros do religioso e do político. Bolsonaro é, nesse sentido, uma figura a um só tempo religiosa e heroica; não apenas o



veículo de uma intervenção divina na esfera do político, mas um herói militar e, também, uma fábula.

A hipótese bolsonarista é a de que sua política exprime um neoarcaísmo coletivo instaurado nos termos de uma narrativa mítica, a uma ficção restauradora cuja eficácia fundacional é, como nos mitos genealógicos, retrospectiva. Isto é, a fábula bolsonarista é ao mesmo tempo uma ficção religiosa, uma narrativa que funciona dividindo o campo simbólico, dos deuses e heróis, em uma agonística de rivalidades, mas também de alianças, parentescos, casamentos, filiações etc. – o que, acima, chamamos de guerras de oposição –, e que implica uma narrativa que fornece à “sociedade brasileira” um referente de auto-reconhecimento e expressão unitária, sempre por oposição. Essa fábula não cessa de ser reatualizada, remontada, ficcionalizada, distendida, ritualizada nas redes e rodas, reinterpretada conforme as formalizações de um equilíbrio exegético ao mesmo tempo livre (que permite adições, relativizações, *tournants* pontuais etc.) e estrito. Isso garante que contradições internas possam coexistir no seio de uma unidade superior de sentido que, por sua vez, organiza e neutraliza as contradições, tornando-as toleráveis.

O mito está, portanto, associado a uma forma de racionalidade e a uma narrativa de tipo genealógico que coincide com a apresentação de uma estrutura que organiza o espaço, o tempo, as relações e os possíveis que nelas se tramam. O mito tem muito mais do que uma mera função de fundamento ou de origem; ele produz o *design* do campo simbólico, entrama a tessitura linguística e psicopolítica, o produto da fabulação coletiva, oracular ou poética, que organiza os tempos, espaços, que partilha a *aisthesis* (a faculdade de sentir em comum, própria ao político) (Rancière, 1996), e instaura, no presente, por força da origem, o seu sentido. Há, portanto, uma economia própria do mito. O mito supõe e estrutura uma forma de governar. Sua fábula, suas ficções narrativas, suas reinterpretções constantes, as repartições rivais que ele produz no campo social, são os nós demasiado reais em que as trincheiras enredam as linhas, embora as trincheiras não sejam nada além do seu prolongamento e captura.

Mas como o mito funciona? Por meio da captura oracular da função fabuladora, neutralizando-a. O bolsonarismo funciona efetivamente como um mito na medida em que engendra, a um só tempo, (i) um conjunto de narrativas refundacionais do Brasil como unidade nacional, oposto ao esquema narrativo da luta de classes e do país “corrupto e dividido” do petismo – embora as use para redistribuir a mesma divisão em

outros termos; (ii) um conjunto de funções oraculares de reinterpretação da verdade, o que absorve os potenciais políticos da função fabuladora e concorre com as ficções políticas desgastadas de atores sociais e políticos à esquerda; (iii) uma estrutura genética de sentido que organiza os espaços, tempos e lastreia uma experiência sensível do político, bem como um desenho (*design*) comportamental e discursivo, característico das identidades das novas direitas.

Essas três linhas se agenciam de tal forma que fornecem, por um lado, a impressão de uma proximidade inédita entre poder e povo – como o mito transpõe em linguagem humana os feitos de deuses e heróis –, viabilizada pelo uso contínuo das redes sociais por Bolsonaro e seus círculos familiar e ministerial, como meios autênticos de contrainformação face à grande imprensa; por outro, um modelo governamental *sui generis*, que parece encampar duas estratégias que Marcos Nobre (2019) descreveu. O bolsonarismo não governa para todos, não equilibra interesses, mas governa “para uma base social e eleitoral que não é maioria, mas é grande o suficiente para sustentar um governo. Algo entre 30% e 40% do eleitorado”, por meio de estratégias de fidelização contínua. Em adição a isso, o bolsonarismo mantém as suas bases sociais e eleitorais mobilizadas através da reiteração permanente e ritual de mecanismos de oposição e guerra.

Trata-se, por um lado, de ressegmentar o corpo social, aliando-se não “às maiorias silenciosas”, mas aos ruídos de *big data* das “minorias majoritárias” – minorias numéricas que permanecem significativas por encarnarem, transversalmente, atributos majoritários de gênero, orientação sexual, classe, renda, opinião, agenda política etc. Por meio das redes sociais, as minorias majoritárias do bolsonarismo são constituídas, mobilizadas, reforçadas e fidelizadas como partícipes, intérpretes e fabuladoras das narrativas oraculares cujo sentido co-produzido remonta ao mito.

Haveria, no bolsonarismo, uma racionalidade de governo? A hipótese bolsonarista sustenta que o governo Bolsonaro não passa de sua campanha eleitoral continuada por outros meios. A estética do improvisado, da gambiarra, da displicência minuciosa, do amadorismo profissional, da ignorância como modelo de “inteligência alternativa”, passou ao interior do Estado e de suas instituições, produzindo um modo organizado e efetivo de conduzir condutas, ou de governar.



No interior dessa estratégia macropolítica, governar depende de séries de operações micrológicas que garantam que o mito funcione em múltiplas frentes: tensionando estrategicamente as guerras de oposições, acendendo ritualisticamente polêmicas identitárias, suscitando em sua base social e eleitoral reinterpretções oraculares recursivas dos mitos fundacionais, neutralizando por captura, na condução eficaz de manobras de *narrative warfare*, por um lado, a função fabuladora e, por outro, a política como experimentação ativa.

Não se trata apenas do caos como método (Nobre, 2019), mas também do método como caos. No bolsonarismo, o governo não deixa de ser uma operação de contratualização contínua, mas ela é subsumida à identidade de trincheira e operada por meio de reinterpretções livres, e ao mesmo tempo estritamente codificadas e ritualizadas, dos “feitos heroicos”, como uma forma pela qual os homens da cidade prestam culto aos deuses e heróis, e reiteram o sentido fundacional e teleológico do mito. A premissa do governo passa pela organização estratégica de uma guerra de oposições, lastreada no combate entre narrativas mitológicas, simétricas e homeostáticas (Lula *versus* Bolsonaro), em que a conflitualidade, o antagonismo e as resistências, como as fabulações e ficções políticas, exprimem a recursividade de uma formação social prévia e governada.

Se entendermos o social como Foucault (2008) ou Lazzarato (2011), isto é, não como um conjunto de indivíduos, mas como uma estratégia de governo, *governar*, no bolsonarismo continua a ser, a partir de outras premissas, aquilo que foi no lulismo: *governar não é cavar trincheiras, mas soldar as linhas às trincheiras*. Produzir uma fabulação referencial, uma estrutura unívoca de sentido socialmente viralizável, que seja capaz de tamponar as *fabulações efetivas* (como as de Junho, *e.g.*) selando o *slogan* que recombina as catástrofes humanas e ambientais do capitalismo e das experiências do socialismo real com o esgotamento da imaginação política emancipatória: *There is no alternative, we are the alternative*.

Governar passa por produzir como narrativa, fundação, genealogia, reinterpretção e *design*, um mito como funcionamento circular do social, capaz de organizar um bloco territorial e histórico, e de dar forma às faculdades sensíveis compartilhadas; trata-se de gerar homeostase, de capturar o potencial político das fabulações coletivas na distensão de narrativas polêmicas ou paranoicas, tamponando as esquizofrênicas. É apenas nesse sentido que o bolsonarismo mantém uma relação com

Junho: como um tamponamento paranoico, incessante, das suas linhas de fuga; como operação de uma restauração que se pretende definitiva.

Fazendo de seu governo um efetivo “balão de ensaio” da reatividade social, operando um experimentalismo político generalizado, a hipótese bolsonarista captura a política como experimentação ativa com os axiomas do Estado e do capital - o que, por muito tempo, foi uma exclusividade dos movimentos sociais. Governando segundo as reações sociais, o bolsonarismo se instala no coração das operações afetivas e sensíveis que atravessam o campo social; tampona as pontas de invenção social e política, e conduz a guerra de oposições para o interior do Estado e da institucionalidade. A sensação muito comum às sensibilidades de esquerda é a de que é urgente antagonizar com esse bloco de poder, ou de que o poder se encontra organizado em bloco, totalizado, e logo a política tornou-se impraticável.

Se levarmos a sério o que Gabriel Tarde escreveu sobre as oposições, é preciso lembrar que as contradições não apenas podem conviver muito bem no interior da unidade de sentido que o mito bolsonarista instala e faz funcionar no coração do social; mas, também, que as contradições são incapazes para a ruptura inovadora – elas repetem, reiteram, reforçam ritualisticamente o embate entre deuses e heróis, emulam-no, reinstalam o sentido do mito como unidade de sentido e fundamento retrospectivo da vida social e política possível.

A política, na era da hipótese bolsonarista, em que o governo assume a forma triplamente eficaz de fábula, experimento e catástrofe, talvez se encontre em uma forma de invenção antagonista, que se resume na operação paciente e micrológica de dissociar, no campo muito materialista dos afetos e da instauração de sentidos, as trincheiras e as linhas. Na operação de um heroísmo menor que consiste em retomar as linhas às trincheiras, em negligenciar as rivalidades pálidas, em balançar todas as condições materiais e simbólicas das homeostases políticas - principalmente as oposições, as guerras e as neutralizações narrativas. Sob o bolsonarismo, imitar Junho: fugir sem cessar pelos centros; atear fogo a todo signo que nos reconduza a um Deus, a um Estado, a um Herói. Deixar que apodreçam nas trincheiras, nós, que somos feitos de linhas.



Referências

A) Conjunturais

ALENCAR, Kennedy. **Blog do Kennedy**. Para 67%, corrupção causou crise econômica, diz Datapopular. Publicado em 24 nov. 2015. Disponível em: <https://www.blogdokennedy.com.br/para-67-corrupcao-causou-crise-economica-diz-datapopular/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Representação nº 128704, Acórdão, Relator Min. Dias Toffoli, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 27/10/2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/decisoes/jurisprudencia>. Acesso em: 05.mai.2019.

DIEGUEZ, Consuelo. Direita, volver. **Revista Piauí**, Edição n. 120. Setembro de 2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

ESTADÃO. Bolsonaro reage à intenção de Paulo Guedes criar “nova CPMF”. Publicado em 19 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,paulo-guedes-diz-quer-criar-nova-cpmf-e-bolsonaro-reage,70002509342>. Acesso em 11 mai. 2019.

EXAME. 30% consideram governo Bolsonaro ruim ou péssimo, indica Datafolha. Publicado em 7 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/30-consideram-governo-bolsonaro-ruim-ou-pessimo-indica-datafolha/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. O que os eleitores de Bolsonaro estão achando do governo? Publicado em 5 abr. 2019a. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/04/o-que-eleitores-de-bolsonaro-estao-achando-do-governo-ouca-podcast.shtml>. Acesso em 11 mai. 2019.

_____. Para bolsonaristas, presidente deve voltar a falar com seus eleitores. Publicado em 7 abr. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/para-bolsonaristas-presidente-deve-voltar-a-falar-com-eleitor.shtml>. Acesso em 11 mai. 2019.

_____. Pesquisadora aponta transformação de lulismo em bolsonarismo na periferia. Publicado em 27 abr. 2019c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/transformacao-de-lulismo-em-bolsonarismo-e-detectada-em-estudo-na-periferia.shtml>. Acesso em 11 mai. 2019.

GAZETA DO POVO. Em Curitiba, Bolsonaro confirma que será candidato à presidência. Publicado em 4 mar. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-curitiba-bolsonaro-confirma-que-sera-candidato-a-presidencia-59xhq1gxxg4ise83841swrm8et/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. Histórico do total de votos para presidente. Publicado em 18 out. 2018. Disponível em: <http://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/historico-votos-validos-presidente/>. Acesso em: 05 mai. 2019.

GLOBOSAT PLAY. Candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado na Central das Eleições. Publicado em 3 ago. 2018. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/6921428/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

G1. 32% aprovam e 30% desaprovam o governo Bolsonaro, diz Datafolha. Publicado em 7 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/07/32percent-aprovam-e-30percent-desaprovam-o-governo-bolsonaro-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2019.

_____. MP conclui parecer sobre estado mental do autor da facada em Bolsonaro. Publicado em 09 abr. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/09/mp-conclui-parecer-sobre-estado-mental-de-autor-da-facada-em-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 12 mai. 2019.

IBOPE. 89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos. Publicado em 25 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Acesso em: 11 mai. 2019.

O GLOBO. Após intervenção de Bolsonaro, Petrobras anuncia aumento do preço do diesel. Publicado em 17 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-intervencao-de-bolsonaro-petrobras-anuncia-aumento-do-preco-do-diesel-em-010-23607089>. Acesso em: 11 mai. 2019.

ÚLTIMO SEGUNDO. Reeleito deputado pelo Rio, Bolsonaro quase quadruplicou votos em relação a 2010. Publicado em 5 mai. 2014. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-05/reeleito-deputado-pelo-rio-bolsonaro-quase-quadruplicou-votos-em-relacao-a-2010.html>. Acesso em: 11 mai. 2019.

B) Teóricas ou de referência

BARROS, Celso Rocha de. Uma história de dois azares e um impeachment. In: *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 71-82.

BOSCO, Francisco. O novo espaço público no Brasil. In: _____. **A vítima tem sempre razão?:** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. Todavia, 2017, p. 55-88.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira:** do boom aos caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

COCCO, Giuseppe. Le Brésil, entre démocratie radicale et tournant autoritaire. **Plateforme d'enquêtes militantes**. Publicado em 29 nov. 2018. Disponível em: <http://www.platenqmil.com/blog/2018/11/29/le-bresil-entre-democratie-radicale-et-tournant-autoritaire>. Acesso em: 04 mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Tradução de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: Editora UFSCar, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENDES, Alexandre. **Vertigens de junho**: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. O caos como método. **Revista Piauí**, Edição n. 151. Abril de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. Acesso em: 09 mai. 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e polícia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**. Da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TARDE, Gabriel. **Creencias, deseos, sociedades**. Traducción de Andrea Sosa Varrotti. Buenos Aires: Cactus Editorial, 2011.

_____. **Monadologia e sociologia e outros ensaios**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

THE ONLINE Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon. “μῦθος”. Disponível em: <http://stephanus.tlg.uci.edu/lsg/#eid=71303>. Acesso em: 09 mai. 2019.

TONKONOFF, Sérgio. Prólogo. Sociología molecular. *In*: TARDE, Gabriel. **Creencias, deseos, sociedades**. Traducción de Andrea Sosa Varrotti. Buenos Aires: Cactus Editorial, 2011, p. 11-31.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mythe et politique**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

_____. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Tradução de Haganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.